**AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO ARTESANAL: ESTADO DA ARTE NA ACADEMIA BRASILEIRA**

**AGRICULTURA FAMILIAR Y LA PRODUCCIÓN ARTESANAL: ESTADO DEL ARTE EN LA ACADEMIA BRASILEÑA**

**Eixo temático: 12**

**Nome e Sobrenome**: Souza, Borges Amanda; Fornazier, Armando

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Agronegócios – Universidade de Brasília

**E-mail**: borgessouza.amanda@gmail.com; armandouenf@yahoo.com.br

**Resumo**

O objetivo deste trabalho é identificar na literatura nacional o estado da arte sobre a temática “produção artesanal” relacionada às pesquisas no contexto da agricultura familiar. Para atingir este objetivo, optou-se por utilizar o procedimento metodológico de revisão sistemática da literatura, que segue o protocolo proposto por Cronin, Ryan e Coughlan (2008), abrangendo artigos publicados nas bases Periódicos Capes; *Scielo – Scientific Eletronic Library Online*; PBi – Portal de Busca integrada; e Redalyc – Rede de Revistas Cientificas da América Latina, Espanha e Portugal, durante o período de 01 de outubro a 08 de dezembro de 2018 . Assim, foi possível sintetizar o tema proposto e apresentar as principais abordagens e lacunas de pesquisa neste campo.

**Palavras-chave:** agroindústria; produto artesanal; agricultura familiar; diferenciação; mercados.

**Resumen**

El objetivo de este trabajo es identificar en la literatura nacional el estado del arte sobre la temática "producción artesanal" relacionada a las investigaciones en el contexto de la agricultura familiar. Para alcanzar este objetivo, se optó por utilizar el procedimiento metodológico de revisión sistemática de literatura, que sigue el protocolo propuesto por Cronin, Ryan y Coughlan (2008), abarcando artículos publicados en las bases Periódicos Capes; Scielo - *Scientific Eletronic Library Online*; PBi - Portal de Búsqueda integrada; y Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina, España y Portugal durante el período 1 oct-8 dic 2018. Así, fue posible sintetizar el tema propuesto y presentar los principales abordajes y problemas de investigación en este campo..

**Palabras clave:** agroindustria; producto artesanal; Agricultura familiar; diferenciación; mercados.

1. **Introdução**

O processo de modernização e industrialização da agricultura no Brasil foi considerado conservador e heterogêneo (GRAZIANO DA SILVA, 1993). A “modernização” abrangeu principalmente os grandes produtores rurais, tornando-os alvo das políticas agrícolas como o crédito rural, deixando em segundo plano o segmento dos pequenos agricultores que posteriormente foram denominados de agricultura familiar, com políticas públicas específicas, no caso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Apesar da exclusão produtiva e de diversas dificuldades muitos agricultores familiares, mesmo com poucos recursos (equipamentos, informação, terra, capital etc.), optaram em permanecer no campo avançando em etapas produtivas como a agroindustrialização e diferenciação dos produtos ou se inserirem nas cadeias de suprimentos globais de *commodities* sob o risco de sofrerem com fenômeno de *squeeze* agrícola. De acordo com Ploeg (2008) o *squeeze* na agricultura se dá quando os agricultores são pressionados, de um lado, pelo aumento dos custos de produção de insumos e tecnologias e, por outro, pela queda nos preços das *commodities* agrícolas, acarretando na queda constante da lucratividade de suas atividades produtivas.

Deste modo, os agricultores familiares são incentivados a buscarem novos modelos de produção e comercialização que apresentem maiores possibilidades de aumento de renda, valorização de seu trabalho e de seu território. Deste modo, os mercados baseados em aspectos de diferenciação, com gêneros de qualidade superior aos produtos commoditizados, se apresentam como uma oportunidade de os agricultores familiares se inserirem em diferentes circuitos de comercialização, fornecendo produtos heterogêneos, sustentáveis, saudáveis, locais, e produzidos de maneira tradicional/artesanal, onde os métodos de produção e *saber-fazer* dos agricultores são valorizados, destacando a questão da tradição e conferindo maior valor agregado aos produtos, permitindo que aufiram rendas maiores e mais estáveis.

 Neste sentido, a produção artesanal se apresenta como uma forma de diversificação e diferenciação, considerando a necessidade de práticas produtivas mais ecológicas e às novas demandas dos consumidores inclinados ao consumo reflexivo e a politização do consumo. A qualidade dos produtos artesanais está bastante associada à noção de *terroir[[1]](#footnote-1)*, à valorização de territórios, cultura local, *saber fazer*, práticas tradicionais e à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

 Apesar das possibilidades envolvendo a inserção de agricultores familiares em mercados de produtos artesanais, o conhecimento acerca dos principais aspectos envolvendo a agricultura familiar e a produção artesanal no Brasil ainda é recente. Wilkinson (2003) argumenta que o surgimento de circuitos de comercialização alternativos e os estudos envolvendo a construção de mercados diferenciados ganharam força somente a partir da década de 1990, explicando a atualidade do tema. Algumas dificuldades como a inspeção sanitária também estão presentes em muitas análises. Em 2018 foi criada a Lei Nº 13.680, de 14 de junho que altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal (BRASIL, 2018) com o objetivo de romper com este gargalo envolvendo os produtos artesanais especialmente da agricultura familiar.

 Considerando que o estudo sobre mercados de produtos artesanais no âmbito da agricultura familiar ainda esta em processo de construção, observou-se então a oportunidade e a necessidade de explorar com mais profundidade este contexto. Portanto, o objetivo deste trabalho se concentra em verificar o estado da arte, por meio de revisão sistemática da literatura, artigos nacionais cujo foco principal seja o tema “produção artesanal” relacionados ao conceito de “agricultura familiar”, evidenciando as principais concepções e particularidades abrangidas pelo tema, a fim de construir uma abordagem teórica mais consistente sobre a temática, bem como identificar as principais lacunas e oportunidades de pesquisa dentro deste campo.

1. **Referencial teórico**

**2.1 Agricultura Familiar**

 De acordo com Wanderley (1999), a agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Segundo Abramovay (2010) a agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento.

 Os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção, situada em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e com os meios de produção (SCHNEIDER, 2016, p.95). O termo tem respaldo legal por meio da Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos rurais familiares (BRASIL, 2006).

 A agricultura familiar também é referência em relação à empregabilidade no campo, geração de renda, abastecimento do mercado interno, a preservação ambiental e a capacidade de produzir culturas diversificadas e produtos heterogêneos. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, entre os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários recenseados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4.367.902 foram classificados como de agricultores familiares, representando 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

 Refletindo sobre a importância da agricultura familiar é essencial que sejam criadas estratégias de manutenção e reprodução deste grupo social, dirigindo-se na direção do desenvolvimento rural sustentável. Em Abromovay (1998) o desenvolvimento rural deve ser compreendido em um quadro territorial, onde o maior desafio não seja integrar o agricultor à indústria, mas sim criar condições para que uma população valorize certo território em um conjunto muito variado de atividades e de mercados.

**2.2 Produção artesanal – novas conexões de mercado para a agricultura familiar**

 De acordo com Renting, Banks e Marsden (2003) os mercados de alimentos estão se tornando mais diferenciados com base em uma variedade de critérios de qualidade de alimentos que são socialmente construídos, resultando no surgimento de novos mercados de qualidade que se diferenciam dos mercados de *commodities* com seus produtos anônimos que são produzidos e distribuídos em massa. Nos últimos anos houve um crescimento considerável de uma variedade de novos circuitos de produção e comércio de alimentos que estão fora do modelo convencional de agricultura (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

 Para estes autores o surgimento de novos circuitos de produção e comercialização deve ser observado no contexto de uma série de mudanças fundamentais que ocorrem no setor agroalimentar. Do lado do consumo, pode-se verificar que houve mudanças na percepção do consumidor sobre os alimentos e agricultura, as quais podem ser vistas, em parte, como as consequências de uma preocupação pública sobre questões como ecologia, saúde e bem-estar, resultando no surgimento de um mercado potencial para produtos que são distinguidos de maneira confiável em relação à sua qualidade (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003, p.395).

Do lado dos agricultores há necessidade de escaparem do *squeeze* agrícola para que possam auferir rendas mais justas e estáveis, o que dificilmente acontece nas cadeias de suprimentos globais dos *impérios alimentares* (PLOEG, 2008; 2010). Há também uma pressão cada vez maior por produtos que deixem sinais claros sobre o processo de produção e que traduzam para o consumidor os valores como *localidade*, *sustentabilidade* e *artesanalidade* (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

 Nesta ótica, o mercado de produtos artesanais apresenta oportunidades para que os agricultores familiares possam acessar mercados de qualidade. Do ponto de vista da localidade, a produção artesanal está bastante ligada aos aspectos geográficos, valorização de territórios, à cultura e ao enraizamento social (*embeddedness*) e também oferece possibilidades para os produtores comercializarem dentro da esfera local e regional em circuitos curtos de comercialização (feiras, mercados locais de agricultores, etc) numa dinâmica de proximidade com o consumidor ou a longas distancias por meio das certificações e Indicações Geográficas (IG’s).

 De acordo com o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN (2013) a produção artesanal familiar figura um importante componente da expressão cultural brasileira e da especificidade de muitas culturas regionais e locais. Para o Instituto os produtos artesanais expressam grandes oportunidades de integrar a inclusão social de comunidades rurais e povos tradicionais com o crescimento e diversificação da economia do país, assim como contribuir para o aumento da segurança alimentar e nutricional da sociedade. Conforme Mior (2005, p. 191) “enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico”.

1. **Procedimento metodológico**

Para determinar o estado da arte da pesquisa sobre “agricultura familiar e produção artesanal no Brasil”, cujo principal objetivo reside em identificar as principais concepções, abordagens e particularidades abrangidas por este tema, a fim de possibilitar a construção de uma abordagem teórica mais consistente, bem como evidenciar as principais lacunas de pesquisa dentro desta temática, utilizou-se o procedimento metodológico de revisão sistemática da literatura. Segundo Cordeiro, Oliveira e Rentería (2007), a revisão sistemática é um tipo de investigação científica que tem por objetivo reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários.

Para que a revisão sistemática da literatura possa ser considerada confiável, Cronin, Ryan e Coughlan (2008) enfatizam que o revisor deve seguir o seguinte protocolo:

**1 - Formulação da pergunta de pesquisa:** qual o estado da arte e quais são as principais concepções e abordagens das pesquisas acadêmicas nacionais sobre agricultura familiar e a produção artesanal no Brasil?

**2 – Apresentação do conjunto de critérios de inclusão e exclusão:** esta etapa foi dividida em quatro critérios: (a) definição das palavras-chaves e operadores *boleanos*, resultando nas seguintes combinações: “agricultura familiar AND produção artesanal”; “agricultura familiar AND produtos artesanais”; “agricultura familiar AND produtos tradicionais”; e “agricultura familiar AND alimentos artesanais”; (b) definição das bases de dados: As bases utilizadas nesta pesquisa foram a Periódicos Capes; *Scielo – Scientific Eletronic Library Online*; PBi – Portal de Busca integrada; e Redalyc – Rede de Revistas Cientificas da América Latina, Espanha e Portugal. Estas bases foram escolhidas por abrangerem em seus resultados artigos nacionais, os quais são o foco desta pesquisa; (c) delimitação temporal: por se tratar de um tema relativamente recente optou-se por não delimitar um período especifico para que não houvesse exclusão de artigos relevantes; e (d) tipos de artigos: apenas artigos publicados em periódicos foram selecionados para compor o portfólio bibliográfico desta revisão, ou seja, excluiu-se artigos publicados em anais de eventos, capítulos de livros e patentes.

**3 – Seleção e acesso da literatura:** Na base de dados Periódicos Capes foram identificados 145 artigos. Na base *Scielo* foram identificados 8 artigos. Na base PBi foram identificados 9 artigos. E por fim, na base Redalyc foram identificados 98 artigos. A partir dos resultados obtidos por meio das bases mencionadas anteriormente com a utilização das palavras-chave e operadores *boleanos* definidas previamente foram obtidos um total de 260 artigos.

**4 – Avaliação da qualidade da literatura:** dentre os 260 artigos identificados na etapa 3, apenas 33 foram selecionados para serem avaliados. O seguinte número de artigos foram obtidos através da eliminação 75 artigos duplicados; 109 artigos que foram excluídos por não possuírem aderência ao tema a partir da leitura do título, resumo e palavras-chaves; e pela exclusão de 43 artigos que não estavam alinhados com o tema proposto a partir da leitura da introdução e conclusão dos mesmos. Assim os 33 artigos selecionados para avaliação foram transferidos para uma planilha e identificados segundo a classificação proposta pelo Qualis-Periódicos. Esta classificação avalia a qualidade das produções científicas por meio do exame da qualidade dos periódicos científicos nacionais e internacionais. Neste sentido, os periódicos científicos são classificados pelo Qualis-Periódicos em estratos de qualidade – A1 (maior peso); A2; B1; B2; B3; B4; B5; e C (peso zero) para o período 2013-2016. Ao classificar de acordo com estes estratos os artigos selecionados, obteve-se o seguinte resultado: A1 (0 artigos); A2 (1 artigo); B1 (5 artigos); B2 (9 artigos); B3 (5 artigos); B4 (11 artigos); B5 (1 artigo); e C (1 artigo).

**5 – Análise, síntese e divulgação dos resultados:** por fim, para dar maior credibilidade e confiabilidade a esta pesquisa, foram selecionados para compor o portfólio de artigos para análise somente aqueles que se encontravam entre os estratos A1 a B2, resultando em um total de 15 trabalhos dentro destes estratos de qualidade. Cabe salientar que esta pesquisa foi realizada entre o período de 01 de outubro de 2018 a 08 de dezembro de 2018.

1. **Resultados: Agricultura familiar e a produção artesanal: estado da arte na academia brasileira**

Serão apresentados nesta seção os resultados obtidos a partir da avaliação e análise dos artigos selecionados de acordo com os critérios apresentados anteriormente. A Tabela 1 apresenta os trabalhos que foram classificados entre os estratos de qualidade A1-B2 de acordo com a data de publicação.

Tabela 1 – Classificação dos artigos de estrato de qualidade A2-B2.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **Título** | **Autores** | **Ano** |
| 1 | Cachaça artesanal e vinhos finos no Nordeste: desafios, potencialidades e indicações de políticas. | Lima | 2006 |
| 2 | Produção de alimentos tradicionais - Contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais | Zuin e Zuin | 2008 |
| 3 | Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais | Cruz e Schneider | 2010 |
| 4 | Elementos do ritmo lento da territorialização do agroartesanato familiar em Francisco Beltrão | Eduardo e Saquet | 2010 |
| 5 | Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC) | Capellesso e Cazzela | 2011 |
| 6 | Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. | Nichele e Waquil | 2011 |
| 7 | Trabalho artesanal e cooperado: Realidades, mudanças e desafios | Keller | 2011 |
| 8 | Indicações Geográficas e a Valorização Comercial do Artesanato em Capim-dourado no Jalapão | Belas e Wilkinson | 2014 |
| 9 | Identidade territorial e artesanato com porongo na região central do RS – A noção de circuito espacial produtivo e suas possibilidades no âmbito do turismo | Mello e Froehlich | 2015 |
| 10 | Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar - O processo de relocalização da produção agroalimentar em Santa Catarina. | Schneider e Ferrari | 2015 |
| 11 | Ecologização na Agricultura Familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul | Picolotto e Brem | 2016 |
| 12 | Mercados como arenas de luta por reconhecimento: disputas morais na construção dos dispositivos de qualificação dos alimentos | Niederle | 2016 |
| 13 | Relações de proximidade entre atores locais e as dinâmicas de desenvolvimento territorial: análise da cadeia produtiva do queijo artesanal serrano nos Campos de Cima da Serra/RS | Pachoud e Coy | 2018 |
| 14 | Artesanato e mercado simbólico dos produtos gauchescos: o caso da Vila Progresso em Caçapava do Sul/RS | Vargas e Cancelier | 2018 |
| 15 | Conceitos dos irmãos Polanyi como ferramentas de análise de indicações geográficas: o caso da Indicação de Procedência do Queijo Minas artesanal da região da Canastra/MG | Matos e Rovere | 2018 |

**Fonte:** Elaborado pelos autores

 Foi possível observar que apesar de ser um tema abrangente e do arcabouço teórico que o embasa estar em processo de construção, os trabalhos revisados estão bastante inclinados ao campo da sociológica econômica. Observou-se também que os autores que mais foram citados nos trabalhos analisados foram Bourdieu (1996; 2004; 1997; 2007; 2011) e Wilkinson (1999; 2002; 2003; 2008). Bourdieu busca explicar a alimentação e consumo sob a luz da sociologia e também reflete sobre a construção social dos mercados de bens simbólicos. Wilkinson tem seu foco bastante voltado para as transformações econômicas e institucionais do setor agroalimentar e o papel da pequena produção ante estas mudanças.

De acordo com informações obtidas através da plataforma *Google Scholar*, dentre os artigos selecionados para esta revisão os mais citados foram “Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC)”, com 48 citações e o artigo “Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais”, com 47 citações, dos respectivos autores: Capellesso e Cazzela (2011) e Cruz e Schneider (2010).

 É importante situar o leitor sobre os objetivos de cada trabalho revisado. Lima (2006) focou sua pesquisa nas atividades de produção artesanal de cachaça e vinhos finos na região Nordeste, a fim de identificar e avaliar suas características e possibilidades em termos de formação de arranjos produtivos locais e da potencialidade de sua expansão. Zuin e Zuin (2008) apresentam uma proposta de produção para o desenvolvimento de alimentos tradicionais, baseada no modelo Processo e Desenvolvimentos de Produtos Rurais, de modo a contribuir com os agricultores familiares e com o desenvolvimento regional.

 Cruz e Schneider (2010) se concentram em demonstrar como novas abordagens e iniciativas têm surgido para legitimar produtos tradicionais, evidenciar os atuais desafios do sistema agroalimentar, bem como demonstrar o potencial da produção de alimentos tradicionais e seu papel no desenvolvimento rural. Eduardo e Saquet (2010) pesquisam sobre a dinâmica territorial do agroartesanto familiar em Francisco Beltrão – Paraná, apresentando o processo histórico territorial dos produtores situados neste local e as características do processo de desenvolvimento do agroartesanato neste local.

 Capellesso e Cazzela (2011) têm como principal objetivo analisar a diversificação das estratégias de reprodução social das famílias de pescadores artesanais no litoral Centro-Sul de Santa Catarina e como a atividade da pesca artesanal reflete nestas estratégias. Nichele e Waquil (2011) analisam as interações sociais que ocorrem no âmbito das agroindústrias artesanais familiares, e também observam como ocorre a construção de qualidade dos produtos tradicionais. Keller (2011) foca na questão do cooperado em um estudo de caso de uma cooperativa (Artecorp) no município de Barreirinhas – MA, fazendo uma análise das relações sociais, de trabalho, produção e mercado das cooperadas na Artecoop.

 Belas e Wilkinson (2014) realizam um estudo de caso da Indicação de Procedência da região do Jalapão para o artesanato de capim-dourado, refletindo sobre o potencial da utilização deste instrumento para proteger produtos da sociobiodiversidade produzidos por povos e comunidades tradicionais. Mello e Froehlich (2015) apresentam as possibilidades para integração de um circuito espacial produtivo que tem como fim a utilização do porongo para artesanato de matriz identitária territorial, considerando o potencial produtivo do Rio Grande do Sul para esta matéria-prima.

 Schneider e Ferrari (2015) analisam a emergência dos mercados alimentares de qualidade que surgem a partir da lógica de reconexão entre produtores e consumidores sob a perspectiva das cadeias agroalimentares curtas, buscando compreender como os agricultores familiares constroem e se inserem nestes mercados a partir da valorização de produtos tradicionais. Picolotto e Brem (2016) abordam a questão da ecologização da agricultura familiar e refletem sobre as experiências das feiras coloniais agroecológicas como espaços sociais onde ocorrem interações e trocas sociais de produtos e signos culturais entre produtores e consumidores.

 A partir da compreensão dos mercados como arenas de luta e reconhecimento, Niederle (2016) tem como foco em seu trabalho o processo de institucionalização dos selos “Aqui tem Agricultura Familiar”, “Quilombolas do Brasil” e “Indígenas do Brasil”. Pachoud e Coy (2018) observam a cadeia produtiva do Queijo Artesanal Serrano, a fim de analisar as formas de coordenação entre os atores através dos conceitos de proximidade e relações de confiança, bem como caracterizar o seu papel no desenvolvimento territorial. Vargas e Cancelier (2018) abordam a construção do mercado simbólico dos produtos “gauchescos” buscando compreender a dinâmica comercial dos produtos artesanais. E por fim, a luz dos conceitos de enraizamento e conhecimento tácito proposto por Karl Polanyi e Michel Polanyi, Matos e Rovere (2018) propõe o uso dos conceitos como ferramentas de análise de indicações geográficas e o aplicam ao caso da produção do Queijo Minas Artesanal.

**4.1 Aspectos metodológicos**

Antes de discutir sobre os conceitos e temas identificados na literatura, o qual é o principal objetivo deste trabalho, abordaremos nesta seção os aspectos metodológicos mais relevantes que foram encontrados durante o processo de revisão.

De acordo com a Tabela 2 as principais abordagens metodológicas utilizadas se encontram no campo da pesquisa qualitativa (13), o que enfatiza o caráter subjetivo deste tema, evidenciando que as particularidades dos ‘locais’ (territórios) e as experiências individuais dos entrevistados devem ser considerados.

Tabela 2 – Abordagem metodológica

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Autores** | **Abordagem** | **Porcentagem** |
| Lima (2006); Zuin e Zuin (2008); Cruz e Schneider (2010); Eduardo e Saquet (2010); Capellesso e Cazzela (2011); Keller (2011); Belas e Wilkinson (2014); Mello e Froehlich (2015); Schneider e Ferrari (2015); Picolotto e Brem (2016); Niederle (2016); Vargas e Cancelier (2018); Matos e Rovere (2018); |  Qualitativa | 86,66% |
| Nichele e Waquil (2011); Pachoud e Coy (2018) | Quanti-qualitativa | 13,33% |

**Fonte:** Elaborado pelos autores

 A maioria dos trabalhos foram publicados nos anos de 2011 e 2018, com 3 publicações respectivamente em cada um destes anos. Não houve publicações sobre este tema em específico em periódicos com estratos de qualidade A1-B2 nos anos de 2007, 2009, 2012, 2013 e 2017, considerando que o trabalho mais antigo foi publicado no ano de 2006. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de artigos publicados de acordo com o ano de publicação.

Gráfico 1 – Publicações por ano



 **Fonte**: Elaborado pelos autores

A maior parte dos trabalhos revisados consiste em estudos de caso (12) que em sua maioria estão concentrados na região Sul do Brasil. Estes dados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 – Quantidade de estudos de caso por região

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Região | Autores | Quantidade de estudos de caso por região | % |
| CENTRO-OESTE | - | - | - |
| NORTE | Belas e Wilkinson (2014) | 1 | 8,33 |
| NORDESTE | Lima (2006); Keller (2011) | 2 | 16,67 |
| SUL | Eduardo e Saquet (2010); Capellesso e Cazzela (2011); Nichele e Waquil (2011); Mello e Froehlich (2015); Schneider e Ferrari (2015); Picolotto e Brem (2016); Vargas e Cancelier (2018); Pachoud e Coy (2018) | 8 | 66,67 |
| SUDESTE | Matos e Rovere (2018) | 1 | 8,33 |

**Fonte:** Elaborado pelos autores

 Ao considerar a totalidade dos estudos de caso (12) percebe-se que enquanto a região Centro-Oeste não apresenta nenhum estudo de caso sobre a agricultura familiar envolvendo a produção artesanal neste local, a região Sul corresponde a um total de 66, 67% da quantidade total de estudos de caso encontrados nesta revisão. Este fato levanta alguns questionamentos como: será que na região Sul há uma maior valorização da cultura local e das práticas artesanais que estão enraizados culturalmente no processo de formação desta região e pela sua característica de povoamento? Os estudos de caso se concentram na região Sul pelo fato da produção artesanal familiar já estar mais estruturada em detrimento das outras regiões brasileiras? Será que a Região Sul concentra mais instituições, grupos de pesquisa e pesquisadores acerca do tema? Por que estão sendo conduzidos tão poucos estudos empíricos nas demais regiões do Brasil?

 **4.2 Temas e subtemas identificados na literatura:**

A partir da análise sistêmica dos artigos foi possível identificar três temas centrais, a saber: (1) produção e comercialização de produtos artesanais; (2) valorização de territórios e desenvolvimento local; e (3) estratégias de reprodução social de agricultores familiares. Dentro do tema 1 – produção e comercialização de produtos artesanais – foram encontram os seguintes subtemas: (a) produção artesanal e as cadeias agroalimentares curtas; (b) utilização de selos e certificação – oportunidades e desafios; (c) entraves na legislação para produção e comercialização de produtos artesanais.

**4.2.1 Produção e comercialização de produtos artesanais**

De acordo com Cruz e Schneider (2010) após sucessivos casos de contaminação de alimentos, o setor agroalimentar tem demonstrado fragilidades e vem sendo bastante questionado. Os autores afirmam que em decorrência deste fato está havendo um “deslocamento da qualidade industrial – padronizada e distante dos consumidores – em direção à demanda por produtos regionais, tradicionais, associados à cultura e local de origem” (CRUZ; SCHNEIDER, 2010, p.22).

Esta “virada para qualidade” fez com que houvesse uma abertura cada vez maior para criação de mercados diferenciados e de nicho, possibilitando que agricultores familiares passassem a integrar estes novos circuitos de comercialização. Enquanto alguns mercados são legitimados em valores que sustentam as ações dos atores dominantes do sistema agroalimentar, outros possibilitam a inclusão de novos atores, produtos e qualidade diferenciados (NIEDERLE, 2016).

A produção artesanal/tradicional que antes era vista como algo que remetia ao “atraso”, hoje é vista como um atributo de qualidade, onde seus produtos são comercializados em mercados que são socialmente construídos a partir das interações e trocas que ocorrem em locais específicos e das relações que conectam produtores e consumidores, baseadas em construtos de confiança, de identidade e de história comum (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; PACHOUD; COY, 2018). De acordo com Niederle (2016) estes mercados também constituem espaços para lutas por reconhecimento empreendidas por atores, grupos, organizações e movimentos sociais.

**Produção artesanal e cadeias agroalimentares curtas**

A partir da noção de “virada da qualidade” pode-se inferir que do ponto de vista do consumo há uma pressão cada vez maior por produtos de qualidade e identificação de procedência (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Mais do que nunca os consumidores querem ser certificados sobre todo o processo de produção e manipulação dos produtos alimentares, considerando que o atual sistema de provisionamento de alimentos deixou diversas lacunas em relação a este fator, fazendo com que os consumidores perdessem a confiança no setor agroalimentar e ficassem mais distantes dos produtores.

Como citado anteriormente esta “virada da qualidade” proporcionou o surgimento de novas estruturas de mercados para os agricultores familiares. Segundo Schneider e Ferrari (2015) estes novos modelos de comercialização são tentativas de auferir maiores rendas nas cadeias de suprimentos, assim como também buscam a recuperação e revalorização de processos artesanais e do “saber-fazer” vinculado ao patrimônio histórico e cultural.

A emergência desses novos modelos de mercados de qualidade pode ser identificada através do crescimento da venda direta aos consumidores e a conformação de cadeias agroalimentares curtas (SCHNEIDER; FERRARI, 2015; PACHOUD; COY, 2018). Nichele e Waquil (2011) afirmam que no momento da venda os clientes querem conversar com o produtor e saber como os produtos foram produzidos, numa relação de proximidade mais pessoal do que simplesmente o ato de compra e venda.

Segundo Schneider e Ferrari (2015) as cadeias curtas se assentam na lógica de proximidade entre produtores e consumidores permitindo ressocializar e reespacializar os produtos sob a perspectiva do local, constituindo mercados emergentes enraizados na tradição, origem, natureza ou modo de produção. Os produtos artesanais são comercializados em uma dinâmica mais face-a-face (feiras; casas de artesanato; lojas de agricultes), mas também podem atingir mercados distantes do ponto de vista geográfico que a partir das indicações de procedência e informações contidas no produto aproximam o consumidor a quem o produziu.

**Selos, certificados e indicações de procedência**

Partindo do pressuposto de que os consumidores querem estar mais próximos a esfera da produção a partir da interação e troca de informações com os agricultores, surge o questionamento de como os produtores poderão comercializar fora de sua região? Nichele e Walquil (2011) respondem a esta pergunta afirmando que os selos de certificação substituem a presença do agricultor, pois o aspecto visual dos produtos é mais importante em locais onde o produtor não pode explicar e garantir a qualidade do que produz.

Niederle (2016) afirma que os dispositivos de qualificação (selos, marcas, registros e certificações) comunicam valores associados a valores de sustentabilidade, saudabilidade, artesanalidade e localidade. Segundo Belas e Wilkinson (2014) os selos de Indicação Geográficas (IG’s) permitem a diferenciação do produto ou serviço em mercados mais amplos, deixando claro para o consumidor a procedência, as matérias-primas utilizadas e sobre os processos de produção utilizados.

Entretanto existem algumas dificuldades para efetivação e uso destes dispositivos de qualificação. Ao analisarem a implementação da IG para valorização comercial do artesanato em Capim-dourado no Jalapão, Belas e Wilkinson (2014) concluem que apesar das IG’s constituírem um dos poucos mecanismos com potencial para valorizar produtos tradicionais, identitários e locais, não torna este um instrumento, por si só, capaz de fornecer uma proteção adequada à produção artesanal de povos e comunidades tradicionais.

Há muitas falhas de comunicação entre os atores envolvidos no projeto de implementação destes dispositivos de qualificação, onde em sua maioria há dificuldades de trocas de informação entre produtores, órgãos competentes e instituições financiadoras, ou seja, há falta de sinergia entre os atores (BELAS; WILKINSON, 2014; MATOS; ROVERE, 2018). Outra questão interessante é a própria vontade ou capacidade dos produtores de se adequarem aos regulamentos exigidos para obtenção dos certificados. Percebe-se que é necessário que haja maior integração entre todos os interessados na obtenção destes dispositivos e que o Estado proponha estratégias mais inclusivas neste sentido.

**Entraves na legislação para produção e comercialização de produtos artesanais**

Um grande impedimento para comercialização de produtos artesanais é a dificuldade que os produtores têm de se adequar às normas e regulamentos exigidos, motivados pela falta de capital e por se recusarem a produzir de modo que se contraponha às técnicas tradicionais. Apesar da grande importância histórica a atividade artesanal encontra diversas limitações, como estar em desacordo com as normas sanitárias de produção (NICHELE; WALQUIL, 2011; PACHOUD; COY, 2018). A legislação sobre a produção artesanal muitas vezes deslegitima o “saber-fazer” dos produtores e às práticas tradicionais que estão há anos arraigados na cultura destes.

Por não estarem adequados à legislação e regulamentação vigentes muitos produtores operam na informalidade. As leis estaduais e federais não tratam das especificidades da produção artesanal, a qual é submetida aos mesmos padrões sanitários e de instalações industriais, inviabilizando a produção artesanal devido aos elevados custos de adaptação (ZUNIN; ZUNIN, 2008). É necessário que as necessidades, características e especificidades da produção artesanal sejam consideradas na formulação da regulamentação, bem como os fatores históricos e culturais.

**4.2.2 Valorização de territórios e desenvolvimento local**

Ao citar Abromovay (1998), Mello e Froehlich (2015, p.175) enfatizam que o território pode ser percebido como um conjunto de relações entre raízes históricas, configurações políticas e identidades e relações estas que estão ligadas ao desenvolvimento. A comercialização de produtos que valorizam os atributos inerentes aos territórios (identidade, cultura, história) estão profundamente ligados a questão do desenvolvimento local. Segundo Zuin e Zuin (2008) a arte dos produtos tradicionais/artesanais e suas perspectivas comerciais e sociais constituem uma forma de impulsionar o comércio local e de desenvolver comunidades.

Segundo Pachoud e Coy (2018) o território tem uma dimensão identitária e cultural forte, desenvolvendo um quadro de relações entre atores no tempo e no espaço com uma identidade e uma história. Neste sentido, a valorização dos territórios por meio dos produtos locais e artesanais constitui uma forma de diferenciação e diversificação, além de contribuir para o desenvolvimento econômico do local. Mello e Froehlich (2015) afirmam que a cultura e história que fazem parte dos produtos e os modos de fazer locais, além de serem aspectos cada vez mais valorizados pelos consumidores, se constituem como apoio para a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural dos territórios. Algo observado na maior parte dos artigos revisados é que a produção artesanal local pode contribuir para o desenvolvimento de atividades como turismo e gastronomia.

**4.2.3 Estratégias de reprodução social de agricultores familiares**

Sobreviver somente da agricultura e do comércio de produtos artesanais é inviável para muitos produtores, considerando que muitos ainda operam na informalidade. Neste sentido, buscam-se novas formas de auferir fontes de renda que permitam os produtores possam subsistir e manter as atividades agrícolas. Geralmente essa busca tende a se concentrar no campo da pluriatividade.

Ao analisar a atividade de pesca artesanal em Santa Catarina, Capellesso e Cazella (2011) afirmam que os pescadores esbarram nas dificuldades de sobreviver exclusivamente da renda obtida nessa atividade, neste caso, eles passam a se dedicar também às atividades não agrícolas, como confirmam os estudos sobre pluriatividade e os novos rurais (ver Del Grossi e Graziano da Silva, 2002; Schneider *et al.*, 2006). Segundo Capellesso e Cazella (2011) as fontes de rendas provindas de recursos públicos e de atividades não agrícolas são extremamente importantes para que os produtores possam continuar mantendo sua produção e possam continuar perpetuando a tradição da produção artesanal.

**4.3 Lacunas de pesquisa**

A partir desta revisão foi possível identificar as principais lacunas de pesquisa no campo teórico sobre “agricultura familiar e produção artesanal”. O primeiro vazio encontrado foi a falta de produção qualificada, pois dentre os 33 artigos selecionados para análise de qualidade, apenas 15 estavam em estratos de qualidade A1-B2, sugerindo que precisa ser dado um enfoque maior à questão da qualidade. Sugere-se também que estas pesquisas sejam conduzidas em outras regiões, levando em consideração que a maioria dos trabalhos classificados para esta revisão estavam concentrados na região Sul do Brasil.

Considerando o papel dos consumidores na promoção do mercado de produtos artesanais, Cruz e Schneider (2010) apontam para necessidade de estudos que se aprofundem nas motivações para o consumo destes produtos em países em desenvolvimento, como o Brasil. Estes autores também sugerem que é necessário o desenvolvimento de mais pesquisas focadas em estudar a forma de regulação do Estado em relação o mercado artesanal.

Por fim, Pachoud e Coy (2018) apontam como lacuna a falta de estudos sobre as relações que giram em torno do território com as diferentes formas de proximidade entre os atores e o papel da confiança no processo de desenvolvimento territorial das cadeias de suprimentos agrícolas. Para estes autores é necessário que haja uma análise completa de rede dos atores que compõem e território e da função da produção artesanal como componente inerente deste.

1. **Considerações finais**

Observou-se que o campo de pesquisa sobre agricultura familiar e os aspectos que envolvem a produção artesanal é bastante abrangente, complexo e com grande potencial a ser explorado. Sugere-se que as lacunas de pesquisa identificadas neste trabalho possam contribuir para a condução de novos estudos neste campo, a fim de se alcançar maior consistência teórica sobre o tema. A pesquisa focada nesta temática apresenta potencial de desenvolvimento e pode ser focada em diversos temas como o consumo, processos produtivos, questões territoriais, regulamentação, construção de mercados, entre outros.

O objetivo deste trabalho consistiu em verificar o estado da arte da pesquisa que tem como foco principal os elementos teóricos relacionados à agricultura familiar e produção artesanal, buscando identificar os principais enfoques, abordagens e metodologia utilizadas, bem como evidenciar as principais lacunas de pesquisa neste campo. Assim, concluímos que este trabalho atingiu este objetivo e contribui consideravelmente para o desenvolvimento desta linha de pesquisa.

A revisão sistemática assim permite que se possa verificar o estado da arte e dar continuidade em alguns temas relevantes e/ou buscar as lacunas de pesquisa. Uma deficiência do método pode ser a disponibilidade dos materiais, pois, alguns materiais como trabalhos publicados em periódicos com classificações inferiores, eventos, livros, entre outros não são identificados. Porém, o método permite trazer muitos pontos que podem fazer parte de diversas pesquisas de um tema tão relevante e atual.

**Referências**

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

BELAS, Carla Arouca; WILKINSON, John. Indicações geográficas e a valorização comercial do artesanato em Capim-dourado no Jalapão. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 56-78, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 13.11.2018.

BRASIL. Lei Nº 13.680, de 14 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2018/Lei/L13680.htm>. Acesso em: 15.02.2019.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 15-33, 2011

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Systematic review: a narrative review. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

CRONIN, Patricia; RYAN, Frances; COUGHLAN, Michael. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British journal of nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

DA CRUZ, Fabiana Thomé; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, 2010.

DE MELLO, Carolina Iuva; FROEHLICH, José Marcos. Identidade territorial e artesanato com porongo na Região Central do RS–a noção de circuito espacial produtivo e suas possibilidades no âmbito do turismo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 2, 2015.

DE VARGAS, Daiane Loreto; CANCELIER, Janete Webler. ARTESANATO E MERCADO SIMBÓLICO DOS PRODUTOS GAUCHESCOS: O CASO DA VILA PROGRESSO EM CAÇAPAVA DO SUL/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2018.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; DE AZEVEDO MARQUES, Vicente PM. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2010.

EDUARDO, Márcio Freitas; SAQUET, Marcos Aurelio. Elementos do ritmo lento da territorialização do agroartesanato familiar em Francisco Beltrão/PR. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 20, 2010.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Nutricional e Alimentar**,v. 20, n. 2, p. 204-218, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura. **São Paulo em perspectiva.** São Paulo, v.7, n.3, p. 2-10, jul./set./1993.

Instituto Sociedade, População e natureza – ISPN. Normas para produção artesanal familiar e comunitária. Disponível em: http://www.ispn.org.br/normas-para-producao-artesanal-familiar-e-comunitaria/. Acesso em: 01.12.2018.

KELLER, Paulo Fernandes. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. **Sociedade e Cultura**, v. 14, n. 1, p. 10-5216/sec. v14i1. 15646, 2011.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. Cachaça artesanal e vinhos finos no Nordeste: desafios, potencialidades e indicações de políticas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, n. 4, p. 609-628, 2006.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MATOS, Ligia Aparecida Inhan; LA ROVERE, Renata Lèbre. Conceitos dos irmãos Polanyi como ferramentas de análise de indicações geográficas: o caso da indicação de procedência do Queijo Minas artesanal da Região da Canastra/MG. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, n. 2, p. 133-148, 2018.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Paulo Dadbad. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, v. 41, n. 12, 2011.

NIEDERLE, Paulo André. Mercados como arenas de luta por reconhecimento: disputas morais na construção dos dispositivos de qualificação dos alimentos. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 33, p. 97-130, 2016.

PACHOUD, Carine; COY, Martin. Relações de proximidade entre atores locais e as dinâmicas de desenvolvimento territorial: análise da cadeia produtiva do Queijo Artesanal Serrano nos Campos de Cima da Serra/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2018.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; BREMM, Cristina. Ecologização na agricultura familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 104-130, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 98-106, 2010.

PLOEG, Jan Dowe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização / Jan Douwe van der Ploeg ; tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS,2008.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and planning A**, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar–o processo de relocalização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.

TONIETTO, Jorge. Afinal, o que é Terroir. **Bon Vivant, Flores da Cunha**, v. 8, n. 98, p. 08, 2007.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.

ZUIN, Luís Fernando Soares; ZUIN, Poliana Bruno. Produção de alimentos tradicionais contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1, 2008.

1. O termo *terroir* remete a uma conotação qualitativa positiva de um produto, a qual tenta exprimir a interação entre o meio natural e fatores humanos (TONIETTO, 2007). De acordo com Tonietto (2007) o *terroir* abrange aspectos do meio natural (clima, solo e relevo) de determinado local, bem como os fatores humanos de produção – incluindo a escolha das variedades, aspectos agronômicos e aspectos de elaboração dos produtos (saber-fazer). O *terroir* se opõe a uniformização, padronização e é convergente ao natural, ao que tem origem, ao que é original e ao que tem caráter típico e distintivo (TONIETTO, 2007, p.8). [↑](#footnote-ref-1)